

INTERCULTURALIDADE E EDUCAÇÃO: AS FACES DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA DO CURRÍCULO DE LETRAS VERNÁCULAS DE ALAGOINHAS

Edilsa Mota Santos Bastos (Pós Crítica/UNEB)¹

Resumo: O presente trabalho visa apresentar a pesquisa em andamento intitulada de “Interculturalidade e educação: as faces da história e da memória do currículo de Letras Vernáculas de Alagoínhas”. A construção dissertativa estrutura-se em quatro capítulos, o primeiro aborda o caminho metodológico da pesquisa, discorrendo sobre a proposta inicial. Apresenta-se sobre os lócus da pesquisa, além do arcabouço teórico sobre currículo. O segundo capítulo, é formado por diversos aspectos do currículo, tais como, o currículo na ação pedagógica, os construtores, a reflexão crítica sobre o currículo, a metodologia utilizada para a estruturação do currículo, o pensar fragmentado e universal na construção coletiva do currículo e os aspectos históricos, sociopolíticos e culturais que permeiam o currículo. O terceiro capítulo, corrobora para descortinar a história do currículo e do curso de Letras Vernáculas de Alagoínhas, através da Faculdade de Formação de Professores de Alagoínhas – FFPA e da Universidade do Estado da Bahia - UNEB campus II. Esse capítulo apresenta a gênese do curso de Letras em Alagoínhas, a formação dos egressos durante o período ditatorial, trazem relatos e memórias de egressos e professores do curso de Letras da FFPA e da UNEB, a reestruturação administrativa e departamental do curso de Letras e o nascimento dos novos currículos. O quarto capítulo, pretende-se abordar sobre um diálogo entre o currículo de letras e a crítica da cultura, os fundamentos teóricos, pedagógicos e das pesquisas que regem o Curso de Letras Vernáculas, o diálogo entre o currículo do curso de Letras Vernáculas na Graduação e da Pós-Graduação em Crítica Cultural, na perspectiva do diálogo permanente.

Palavras chaves: Currículo. Interculturalidade Crítica. Letras Vernáculas. Memórias.

INTRODUÇÃO

A escolha por esse objeto de estudo, surge a partir da necessidade de trazer ao conhecimento e domínio público, a história e memória do Curso de Letras Vernáculas da cidade de Alagoínhas-Ba. Tem como foco, discorrer sobre as faces do currículo do Curso de Letras, memórias e nuances que perpassam pelo currículo. Os meandros da pesquisa surgem, desde que a discussão sobre o objeto a ser estudado se apresenta. A busca pelos instrumentos legais que aportem teoricamente a pesquisa, tais como, dissertações, artigos, livros, documentos e depoimentos no modelo de breves narrativas. Pensar a formação do sujeito como um exercício de emancipação que o humaniza, requer ações e reflexões embasadas na escuta sensível que o currículo demanda, incluindo novos direcionamentos para o curso de Letras.

Em 2002 a Resolução Nº 01 de 18/02 faz novos reajustes às Diretrizes colocando como pontos de abordagem dos cursos: o preparo para o uso de novas tecnologias para o fazer pedagógico; aprendizagem orientada pela ação-reflexão-ação; a pesquisa, com foco no processo de ensino e de aprendizagem; previsão de eixo articulador da formação; incentivo a flexibilidade e estágio curricular articulado com o restante do curso. Mediante exposição das mudanças sofridas pelo currículo de Letras, esta pesquisa objetiva analisar três pontos básicos no currículo atual, a saber: a) as condições

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural na Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/ UNEB, Campus II – Alagoínhas-BA). Endereço eletrônico: edilsamota@hotmail.com.

estruturais de oferta prescritas nas Diretrizes (salas, laboratórios e recursos); b) organização didático-pedagógicas (PPP/Letras); c) a interface com os estudos culturais com o intuito de preparar os estudantes da casa para formação continuada.

A presente pesquisa é de caráter documental, visto que estão sendo utilizados como recurso de estudo e análise os documentos referentes ao Projeto Político Pedagógico do Curso de Letras atual, assim como recorreremos a arquivos documentais do antigo currículo da FFPA e da UNEB, no intuito de estabelecer uma metodologia contrastiva. Para isso, o Acervo Documental Iraci Gama será de grande utilidade para que possamos, caso seja possível, recuperar documentos antigos do curso de Letras que hoje se encontram em condições precárias de utilização.

O interesse pelo tema surge a partir do envolvimento enquanto membro, dos estudos e discussões do Grupo de Estudos em Resiliência, Educação e Linguagens (GEREL) e da Linha 2: Letramento, identidade e formação de professores. Esta pesquisa está vinculada ao projeto matriz da professora Dra. Maria de Fátima Berenice da Cruz, intitulado: “Literatura e situação Pedagógica: o letramento literário nos textos do livro didático de língua portuguesa do Ensino Fundamental II – triênio 2013 a 2015”.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A escolha por esse objeto de estudo, surge a partir da necessidade de trazer ao conhecimento e domínio público, a história e memória do Curso de Letras Vernáculas da cidade de Alagoinhas-Ba. As inquietações nascem à luz de um olhar próprio, de uma professora que sabe o valor de um professor pesquisador, some-se a isto, o interesse nas pesquisas sobre história da educação brasileira, principalmente do Estado da Bahia.

Eis que desponta o interesse de adentrar na história do Curso de Letras Vernáculas da UNEB Campus II, tendo como foco as interfaces do currículo do Curso de Letras, memórias e nuances que perpassam pelo currículo. Apreendi durante minha formação no Curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual de Feira de Santana-Ba, que, um professor e principalmente um pedagogo, deve ser um agente transformador, onde quer que se encontre.

Temos o poder através do conhecimento empírico, saberes populares que estão atrelados as experiências do nosso cotidiano, como salienta Paulo Freire, no seu livro Pedagogia da Autonomia, e através do conhecimento científico que emerge das informações e saberes que partem de princípios com base em análises de fatos reais, cientificamente comprovados por estudos, de criar e recriar acontecimentos históricos com novos olhares.

As pesquisas científicas passam por etapas, em sua maioria, por testagem de amostras. É como um exame, colhe-se amostra/s e inicia-se uma série de testes até chegar ao resultado final. Em se tratando do currículo não é diferente. A história está sempre em movimento, em uma dinamicidade surpreendente, esta dinâmica que a história faz, envolve sujeitos, lugares, objetos, instituições, dentre outras questões. De acordo com Macedo (2002), a história do currículo se dar de forma colonizada de migrantes.

Com base em tais afirmativas e, na busca de aprimorar o currículo em suas singularidades é, que ocorre naturalmente, a descolonização histórica desse instrumento social, conferindo-lhes identidade própria, norteadas pelo “direito à diferença e a igualdade”. Esses são sinais de pluralidade de um instrumento com caráter administrativo, criado em meio a Revolução Industrial entre a segunda metade do século XIX e início do século XX, como instrumento de controle.

Para conhecer do que se trata, buscamos saber o que é o currículo, para que serve e suas origens nos âmbitos teórico e real. Segundo o minidicionário Luft (2002, p. 210), o currículo é um substantivo masculino que significa “curso; carreira; conjunto das matérias que fazem parte de um curso; conjunto de dados profissionais ou intelectuais de estudantes ou candidatos, ou folha com esses dados”. Como pode ser observado, os significados se contextualizam num mesmo sentido, formação ou educação do sujeito.

De acordo com Silva (2005, p. 16), o currículo passa por uma “análise social e cultural”, o que significa que está sempre sendo estudado e pesquisado, pois, suscita muitas indagações no campo das representações teóricas. Existe uma relação de interdependência do objeto com a teoria, como explicita o autor, para tanto, precisamos interpelar o objeto ou a teoria:

Podemos ver como isso funciona num caso concreto. Provavelmente o currículo aparece pela primeira vez como um objeto específico de estudo e pesquisa nos Estados Unidos dos anos vinte. Em conexão com o processo de industrialização e os movimentos imigratórios, que intensificavam a massificação da escolarização, houve um impulso, por partes de pessoas ligadas sobretudo à administração da educação, para racionalizar o processo de construção, desenvolvimento e testagem de currículos (SILVA, 2005, p. 12).

O modelo de currículo criado nesse contexto revela o quanto a criação desse objeto foi intencional. A priori foi só uma teoria experimental diante da conglomeração provocada pela imigração de massa, como discorre Silva. No entanto, uma vez que houve descobertas significativas no decorrer da “administração educacional”, o currículo deixa de ser um instrumento teórico-experimental para ser um instrumento real, “é visto como um processo de racionalização de resultados educacionais, cuidadosa e rigorosamente especificados e medidos”.

Segundo Young (2014, p. 193), “essa teoria derivou do gerenciamento científico desenvolvido por F. W. Taylor e, em seguida foi aplicada às escolas”. Então, os “teóricos do currículo” instruíam os

professores para dar aulas, utilizando o modelo fabril, de modo que se assemelhasse ao modelo de atividades “manuais”, repassados através do processo de ensino para as escolas. Não havia participação dos professores na elaboração do currículo escolar, pessoas que administravam as empresas ou cientistas das fabricas, elaboravam esse currículo e o professor o executava.

Frederick Winslow Taylor, foi um engenheiro norte-americano que introduziu o conceito da chamada Administração Científica, revolucionando todo o sistema produtivo no começo do século XX e criando a base sobre a qual se desenvolveu a atual Teoria Geral da Administração. Taylor objetivava desenvolver uma forma de elevar o nível de produtividade, fazendo com que o trabalhador produzisse mais em menos tempo, sem elevar os custos de produção.

Após observar que os sistemas administrativos da época eram ineficientes. Precisava criar um modelo de padronização do trabalho, uma vez que os administradores desconheciam parte das atividades na linha de produção, além disso, outra questão estudada por ele, era a de como os trabalhadores eram remunerados.

Tais lógicas explanadas por Taylor se reproduzem na contemporaneidade na educação brasileira, do ponto de vista de muitos educadores. Os resquícios das teorias desenvolvidas pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, ainda perduram. As tradições dos dois países, “perderam muito de sua credibilidade a partir das décadas de 1960 e 1970”, contudo, a ideia das escolas adotarem o modelo fabril, ainda permanece. Como afirma Young (2014, p. 193), essa discussão continua influenciando nas produções e publicações acadêmicas no campo do currículo e no que vem a ser a “teoria do currículo”.

De acordo com Silva, (2005, p. 13), “o efeito final, de uma forma ou de outra, é que o currículo se torna um processo industrial e administrativo”, aspectos que apontam para a formação técnica, profissional para o mercado de trabalho, não necessariamente para uma formação cidadã, que impulsiona o sujeito para uma construção crítica do ser, emancipando-o. Essa construção nos remete a ação pedagógica do currículo e as políticas que estruturam as práticas pedagógicas através do conhecimento.

BASES EPISTEMOLÓGICAS QUE NORTEIAM A AÇÃO DO CURRÍCULO

Falar do currículo como ferramenta da ação pedagógica é, falar de planejamento, de organização, ou seja, é falar do currículo e organização enquanto prática pedagógica. O currículo nos ajuda a pensar, como se dar o conhecimento escolar. Esse conhecimento não acontece de forma aleatória, a escola assume a função política de transmiti-lo, esse processo é considerado como a primeira função básica da escola.

A escola, enquanto ambiente socializador é responsável pela contribuição na formação de valores, essa é a segunda característica básica da instituição escolar. A terceira função básica da escola, está atrelada à contribuição para a redução das desigualdades sociais. Observa-se, que as funções atribuídas a escola, à priori, formam parâmetros desprovidos de quaisquer características mecanicistas.

O planejamento é um dos instrumentos norteadores da prática pedagógica. Na educação, ele preza pelas definições, funções e características. Podemos defini-lo ainda, como guia de orientação, processo de racionalização, organização e coordenação, para processo de análise, reflexão e previsão. Ele tem a função de prevê os conhecimentos, habilidades e atitudes.

O planejamento, enquanto instrumento organizacional das atividades, evita a repetição dos conteúdos. O planejamento na área da educação se subdivide em três categorias/vieses. O primeiro é o planejamento educacional, considerado como um processo macro, pois, envolve os governos Federal, Estadual e Municipal. Perpassa pelas questões políticas, filosóficas e sociológicas relacionadas a educação, norteadas pelas Diretrizes.

O planejamento escolar se constitui através do PPP, Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino. É também, o documento de identidade da escola. Ele é responsável por gerar o plano de curso, plano de cada unidade e plano de aula. O planejamento curricular faz um exercício constante, voltando-se para o planejamento escolar e educacional, numa relação de interdependência, formando desse modo, uma tríade no processo educacional.

As discussões sobre educação estão sempre ativas, uma vez que a escola é uma das bases primordiais da vida do ser humano e um dos pilares mais importante da sociedade. Para uma boa discussão e reflexão no âmbito educativo, podemos iniciar essa discussão pelos aparatos legais que amparam a educação enquanto direito de todos.

A primeira abordagem aqui expressa surge com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que, foi adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro daquele mesmo ano. Teve como um dos nomes principais em sua criação, o canadense John Peters Humphrey, ele contou com a ajuda de várias pessoas de todo o mundo. A Declaração tem o objetivo de garantir os direitos básicos da humanidade.

Abalados pela recente barbárie da Segunda Guerra Mundial, e com o intuito de construir um mundo sob novos alicerces ideológicos, os dirigentes das nações que emergiram como potências no período pós-guerra, liderados por Estados Unidos e União Soviética, estabeleceram, na Conferência de Yalta, na Rússia, em 1945, as bases de uma futura paz mundial, definindo áreas de influência das potências e acertando a criação de uma organização multilateral, que promovesse negociações sobre

conflitos internacionais, para evitar guerras e promover a paz e a democracia, e fortalecer os Direitos Humanos.

A Constituição Federal Brasileira traz a educação como um dos direitos principais, com base em princípios da DUDH. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, 42).

Podemos observar que em concomitância com DUDH, a CFB a priori, vela pela educação como um direito de todos. Para que isso se concretize na prática, ambos os documentos inspiram outros aparatos legais que vão coadunar para que essa educação alcance o maior número possível de cidadãos em idade escolar ou não. Muitos cidadãos que não conseguiram estudar ou concluir os estudos em idade escolar regular, tem o direito a educação em modalidade de acordo a sua idade e, ao grau de ensino/conhecimento adquirido.

Na história da educação brasileira, vários documentos foram elaborados servindo como instrumentos norteadores para a prática pedagógica no processo de ensino e aprendizagem no âmbito escolar. Tais documentos atravessaram o tempo, desde o Período Colonial com a educação de catequese ministrada pelos padres jesuítas, até a contemporaneidade. Existe uma confluência da história colonial e a educação brasileira, são intercambiáveis, dialogam entre si.

Nos atendo aos documentos educacionais das últimas décadas, do panorama educacional brasileiro, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, é criada com o objetivo de fazer cumprir o disposto na Constituição Federal, de modo que os primeiros artigos da referida Constituição, voltados para a educação, são reproduzidos integralmente ou parcialmente pela LDB, a exemplo de:

Art. 1o A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1o Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2o A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Art. 2o A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LDBN, 1996, p. 8).

A construção ou (re) formulação do currículo perpassa pelas discussões dos órgãos elencados anteriormente, pelo material didático/livros, documentos norteadores visando o ensino e aprendizagem. Os teóricos e estudiosos que se debruçam sobre currículo e os

elaboradores/construtores do currículo, propõem a participação das universidades públicas na (re) elaboração de tal instrumento, contribuindo para o desenvolvimento da educação escolar brasileira, visto que, as universidades são grandes produtoras do conhecimento através das pesquisas nas diversas áreas. Sejam nos objetivos gerais, por áreas ou eixos temáticos.

É primordial professores, coordenadores, gestores e demais profissionais da educação pública, estejam engajados nos processos de (re) formulação curricular. Dessa forma, é imprescindível levar em consideração os direitos ao sufrágio fragmentado e universal durante tal processo, consolidando um direito constitucional e social.

INTERCULTURALIDADE CRÍTICA: AS FACES DO CURRÍCULO DE LETRAS VERNÁCULAS NOS SÉCULOS XX E XXI

Vamos enveredar por um caminho desconhecido que nos conduza a história da Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas, uma das mais antigas e importantes da Bahia, pela sua história e pelas contribuições na formação de professores/as que corroboram para as diversas modalidades do ensino no Município, cidades circunvizinhas, demais regiões do Estado e do País.

Hoje, a Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas - FFPA, localiza-se na Rodovia BR 110, Km 4 – Rodovia Governador Mário Covas. Ao procurarmos no sistema, a localização é fornecida a partir desse endereço. Na verdade, aqui está localizada a atual Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus II em Alagoinhas.

A busca pelos documentos que contam a história do curso de Letras Vernáculas em Alagoinhas, assim como a história da FFPA, tem sido um grande desafio, visto que, a antiga Estação de Trem da cidade que outrora se chamava São Francisco, e que atualmente recebe o nome de Fundação Iraci Gama, encontra-se fechada. De acordo com Bacellar (2018, p. 50), nota-se, “em todo esse universo documental, o historiador encontra, quase sempre, um relativo descaso pelo patrimônio arquivístico’.

A tentativa de encontrar a/s pessoa/s responsáveis por tais documentos, foi durante algum tempo, desanimadora, uma verdadeira maratona. Não sendo possível acessar tais documentos. A busca pelos objetos de minha pesquisa no Campus, iniciou-se desde 2018, sem sucesso. O tempo passava e a pesquisa de campo parecia estagnada, enfim, surge a oportunidade por meio de funcionárias da Prefeitura do Campus, de ter o acesso às pistas que iriam levar aos possíveis registros do marco histórico educacional que formou centenas de professores.

A procura pelas funcionárias da Prefeitura do Campus II da UNEB partiu das indicações de uma professora do Mestrado em Crítica Cultural, ao perceber minha angustia, por chegar até esse

momento sem conseguir ter contato com meu objeto de pesquisa. Falou-me com atenção, dando-me a segurança necessária para continuar as buscas e alcançar, em parte, o resultado almejado.

O manuseio dos documentos levou a descoberta de uma gama de projetos de professores das Graduações e do Mestrado de Crítica Cultural. Os projetos datam desde o período da FFPA até datas mais recentes. Enquanto manuseava os documentos, observei que muitos projetos podiam nascer a partir daqueles registros. Projetos que podem ganhar formas e destaques a partir desse material, sobre a trajetória de professores e, de projetos desenvolvidos por eles que corroboraram para o diálogo e parcerias entre a UNEB e o Município de Alagoinhas.

Como salienta Bacellar (2018, p. 50), me deparei com um ambiente semelhante ao que o autor descreve, “documentos mal acomodados em instalações que chegam a ser precárias sofrem rápidas deterioração e podem se perder em definitivo”. A situação é lamentável e, requer uma intervenção por parte da UNEB para recuperação e demais processos que possam salvaguardar de forma ordeira tais documentos.

Os arquivos que as universidades guardam, contribuem para inúmeras pesquisas das diversas áreas do conhecimento por todo o país. No espaço do Programa do Mestrado em Crítica Cultural, o Pós-Crítica, foi criado alguns Laboratórios da área de Humanas, com o objetivo de formar mestres/as com conhecimento operacional a partir de tais espaços. Um deles é o Acervo de Memórias, também conhecido como Centro de Documentação Iraci Gama. De acordo com Reinaldo Marques (2008, p.111),

Em termos mais locais e contemporâneos, no que concerne à formação dos arquivos literários no Brasil, tem sido proeminente o papel das universidades, tanto públicas quanto privadas. Com efeito, no interior das nossas instituições universitárias foram criados diversos centros de documentação e de memória especialmente no âmbito das ciências humanas, como forma de subsidiar a pesquisa em várias áreas, tais como: a sociologia, a história, a antropologia, a literatura, as artes.

A UNEB Campus II, ainda está se organizando para fazer triagem, higienização, separação, catalogação e arquivar o material que lhes pertence ou que está sob sua tutela. As condições estruturais físicas e de organização são precárias, o ambiente não proporciona as devidas condições necessárias para o arquivamento desse material. No entanto, foi dado um tratamento emergencial ao local, para permitir o acesso aos profissionais da instituição e pesquisadores internos.

Muitos documentos estão com poeira, cupim, fungos, mofo, traças e deteriorados por umidade e pelo mau condicionamento. São “velhos papéis amarelados, esburacados, cheirando a mofo e frágeis”, como afirma Bacellar (2018, p. 53). Tal situação pode desanimar até o mais experiente pesquisador, mas ainda assim, as universidades, corroboram para que as pesquisas

andem em nosso país, existe uma motivação que movem as pesquisas, o que leva a criação de centros de documentações pelas instituições.

[...] Criação motivada seja pela carência de investimentos por parte de instâncias do poder público na preservação de seu patrimônio arquivístico, seja pelas dificuldades de acesso às fontes de pesquisa. Tais centros empenham-se na reunião, organização e preservação de arquivos e coleções, de conjuntos documentais diversificados, contribuindo para a salvaguarda do nosso patrimônio quer arquivístico e bibliográfico, quer museológico. Com isso, à tarefa primeira de geração de conhecimento e sua disseminação, as universidades agregaram a tarefa de organização e preservação das fontes primárias de pesquisa, bem como sua disponibilização para a consulta por parte da comunidade acadêmica e do público em geral (MARQUES, 2008, p. 111).

A Universidade do Estado da Bahia - Campus II, ainda não disponibiliza o acesso a comunidade externa, por ainda não ter sido realizado um trabalho que permita esse contato por pesquisadores visitantes, se assim podemos dizer, mas é possível o acesso para a comunidade interna da instituição. O que significa um avanço significativo para a produção acadêmica. Encontramos uma desordem na organização dos documentos, é preciso um trabalho minucioso para coloca-los em perfeita ordem e sintonia.

INTERCULTURALIDADE E EDUCAÇÃO: O CURRÍCULO DE LETRAS VERNÁCULAS DE ALAGOINHAS COMO PROPOSTA DE FORMAÇÃO

Nesse capítulo, pretende-se abordar sobre um diálogo entre o currículo de Letras e a crítica da cultura, os fundamentos teóricos, pedagógicos e das pesquisas que regem o Curso de Letras Vernáculas, o diálogo entre o currículo do curso de Letras Vernáculas na Graduação e da Pós-Graduação em Crítica Cultural, na perspectiva do diálogo permanente.

Um exemplo dessa parceria é o Seminário Interno, o SIP-Interlinhas, que é realizado no fim de cada semestre pelo Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural/Pós-Crítica da UNEB campus II, organizado pelos Grupos de Pesquisas do Mestrado contemplando alunos do Curso de Letras Vernáculas, através de seus respectivos projetos de Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC, Bolsistas de Iniciação Científica e alunos do próprio mestrado.

Durante o Seminário, são apresentados os projetos para pesquisa e escrita dissertativa, além dos avanços conforme cada semestre percorrido. Busca-se também, levantar questões de como o curso de Letras Vernáculas da UNEB forma seus egressos e para que. São atividades que objetiva dialogar de forma dinâmica com os Laboratórios do programa (áudio visual – cinema; Fabrica de Letras – Laboratório de edição; Web rádio e Centro de documentação Iraci Gama), e as pesquisas numa perspectiva dialógica com a comunidade acadêmica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa direcionada para o trabalho intitulado de Interculturalidade e educação: as faces da história e da memória do currículo de Letras Vernáculas de Alagoinhas têm proporcionado escritas e publicações de artigos completos em anais de eventos, e-books e texto em livro. O lastro teórico construído para o trabalho tem sido amplo e diverso, pois, corrobora densamente para os diálogos empreendidos durante a construção, dentre os autores encontram-se Silva (2019), Arroyo (2015), Macedo (2002,2013), Bacellar (2018), Paiva (2005), Santiago (2013) e Nébias (2005).

CONCLUSÃO

Por ser uma pesquisa documental, encontramos muitas dificuldades para localizar e acessar os documentos do curso de Letras Vernáculas da Faculdade de Formação de Alagoinhas - FFPA e da Universidade do Estado da Bahia – UNEB campus II e documentos que contam a gênese da FFPA. O acesso aos documentos que estão sob a guarda da UNEB foi possível recentemente, no entanto, por não estarem organizados e arquivados adequadamente, houve um grau considerável de dificuldade para encontrar alguns desses documentos.

REFERÊNCIAS:

- ARROYO, Miguel G. Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos / Miguel G. Arroyo. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 47-68, jan. /mar. 2015. Editora UFPR
- BACELLAR, Carlos. *Fontes Históricas* / Carla Bassanezi Pinsky (organizadora). – 3. ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.
- BRASIL: *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. UNIC / Rio / 005 - Agosto 2009. <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em 13/06/2019.
- FIGAM – FUNDAÇÃO IRACI GAMA DE CULTURA. <https://figam-fundacaoiracigamadecultura.blogspot.com/2012/08/a-cidade-de-alagoinhas-foi-se.html>. Acesso em 21/08/2019.
- <https://www.mundovestibular.com.br/articles/2771/1/CONSTITUICOES-BRASILEIRAS-DE-1824-A-1988/Paacutegina1.html>. Acesso em 29/06/2019.
- LUFT, Celso Pedro. *Minidicionário Luft* / colaboradores Francisco de Assis Barbosa, Manoel da Cunha Pereira; organização e supervisão Lya Luft. –São Paulo: Ática, 2000.
- MACEDO, Roberto Sidnei. *Currículo: campo, conceito e pesquisa* / Roberto Sidnei Macedo. – 6. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- _____. Rhysallís, *currículo e complexidade: a perspectiva crítico-multirreferencial e o currículo contemporâneo* / Roberto Sidnei Macedo. - Salvador: EDUFBA, 2002.

- MARQUES, Reinaldo. *Memória Literária Arquivada* / Reinaldo Marques. Revista Aletria, v. 18, jul. – dez. – 2008.
- NÉBIAS, Cleide. *Memória, registro e subjetividade: escritas de professoras* / Cleide Nébias. Revista Interações. Vol. X. n. º 20. P. 73-84. Jul. Dez 2005.
- PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. *O NOVO PERFIL DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM LETRAS* / Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (FALE/UFMG).
- BRASIL, RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, de 18 de Fevereiro de 2002.
- SANTIAGO, Mylene Cristina. *Educação intercultural: desafios e possibilidades* / Mylene Cristina Santiago, Abdeljalil Akkari, Luciana Pacheco Marques. – Petrópolis. RJ: Vozes, 2013.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidades: uma introdução às teorias críticas do currículo* / Tomaz Tadeu da Silva. – 3. ed.; 11. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico* – elementos metodológicos para elaboração e realização, 12ª ed. / Celso dos Santos Vasconcellos. São Paulo: Libertad Editora, 2004. – (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v. 1).
- YOUNG, Michael. *Teoria do currículo: o que é e por que é importante*. Caderno de Pesquisa v.44 n. 151 p. 190-202 jan. /mar. 2014.